



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

TERMO DE COMPROMISSO Nº 02/2019

DO AEROPORTO DE FEIRA DE SANTANA/BA

TERMO DE COMPROMISSO Nº 02/2019, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MInfra, E O ESTADO DA BAHIA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA, PARA INSTALAÇÃO DE PAPI SECUNDÁRIO NO AEROPORTO DE FEIRA DE SANTANA (SDIY).

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DE INFRAESTRUTURA - MInfra**, criado pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 6º andar, CEP: 70.044-902, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.115.342/0001-67, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Secretário Nacional de Aviação Civil - SAC/MInfra, o Sr. **RONEI SAGGIORO GLANZMANN**, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.787.576-84, e portador do RG sob nº M-7846630, expedida pela SSP/MG, nomeado pela Portaria nº 522 publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 16 de janeiro de 2019, Seção 2, nº 11, Página 2 e competências delegadas por meio da Portaria nº 2.787, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 25 de junho de 2019, Seção 1, nº 120, Página 35, e o **ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da **SECRETARIA INFRAESTRUTURA DO ESTADO DA BAHIA – SEINFRA/BA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.931.604/0001-87, com sede na Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, no Centro Administrativo da Bahia - CAB, nº 445, Prédio SEINFRA/SIT, CEP: 41.745-002 - Salvador/BA, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO**, neste ato representado pelo Secretário de Estado Infraestrutura, o Sr. **MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI**, inscrito no CPF/MF sob o nº 178.463.155-87, portador do RG sob nº 01348555-58, expedida pela SSP/BA, **RESOLVEM** celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO**, sujeitando-se, no que couber, aos termos das disposições da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica; da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei das Licitações; da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005 - Lei de Criação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; da Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 - Lei da transferência de recursos do PAC; da Lei nº 12.462, de 04 de agosto de 2011 - Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias; da Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019 - Lei Orçamentária Anual; da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências; da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001 - Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios; do Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018 - Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta; do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009 - Política Nacional de Aviação Civil (PNAC); Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; do Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013 - Programa de Aceleração

do Crescimento (PAC) na Aviação Regional; e das demais normas regulamentadoras da matéria, e das demais normas regulamentadoras da matéria, consoante ao processo nº **50000.007087/2019-32**, em conformidade com os seguintes requisitos e condicionantes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui **objeto** do presente Termo de Compromisso a “**instalação de PAPI secundário no Aeroporto de Feira de Santana (SDIY), no Município de Feira de Santana, no Estado da Bahia**”, que será executado com recursos do PAC Aviação Regional, em consonância com o disposto no Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013, e discriminados pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG, através do Ofício nº 40517/2018-MP, de 22 de maio de 2018, cujas informações relevantes foram reproduzidas no quadro abaixo:

CÓDIGO AÇÃO	AÇÃO	CÓDIGO EMPREENDIMENTO	EMPREENDIMENTO
14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional	MT.01249	Programa de Auxílios à Navegação Aérea

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES

I – DO CONCEDENTE - MINfra:

a) proceder a análise técnica e aceitação do Termo de Referência para a contratação de projetos, mediante emissão de manifestação técnica acerca da aderência do objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, caso os recursos deste instrumento sejam utilizados para esse fim;

a1) a aceitação do Termo de Referência, pelo **CONCEDENTE**, dar-se-á mediante autorização formal para a realização do procedimento licitatório com vistas à contratação de projetos;

b) analisar o Anteprojeto ou Projeto Básico aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO** que será referência para o procedimento licitatório e, caso esteja condizente com o objeto pactuado, emitir documento técnico de aceitação, com vistas à autorização formal para a realização do procedimento licitatório;

c) verificar a realização do procedimento licitatório, atendo-se à documentação no que tange: à contemporaneidade do certame; a verificação da análise apresentada pelo **COMPROMISSÁRIO** quanto a compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto pactuado com o efetivamente licitado; e ao fornecimento pelo **COMPROMISSÁRIO** de declaração expressa firmada por representante legal do órgão atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis;

- d) autorizar formalmente o início da realização das atividades de instalação do auxílio e a consequente emissão da ordem de serviço pelo **COMPROMISSÁRIO**;
- e) repassar os recursos financeiros, obedecendo ao cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, e conforme o disposto nas CLÁUSULAS QUINTA e SEXTA;
- f) prorrogar *de ofício* a vigência deste Termo, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) comunicar ao **COMPROMISSÁRIO** quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos deste Termo, ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando prazo até **30 (trinta) dias**, prorrogável por igual período, para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- h) analisar propostas de alteração deste Termo, desde que estejam de acordo com a CLÁUSULA OITAVA, observando os regramentos legais e a tempestividade, de forma que não haja prejuízo a execução do objeto pactuado;
- i) analisar a prestação de contas final, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data do seu recebimento, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado;
- j) notificar o **COMPROMISSÁRIO**, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar, se for o caso, a competente Tomada de Contas Especial;
- k) verificar e aprovar a análise efetuada pelo **COMPROMISSÁRIO** acerca da compatibilidade dos valores propostos para a execução do objeto deste Termo com os preços vigentes no mercado e as regras contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO vigente; e
- l) supervisionar e acompanhar a execução física e financeira das atividades de instalação dos auxílios a navegação aérea, constante deste Termo, sem prejuízo da responsabilidade técnica do **COMPROMISSÁRIO** sobre estas.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

As obrigações técnicas atribuídas ao **CONCEDENTE** no âmbito deste Termo serão efetivadas por intermédio da Secretaria Nacional de Aviação Civil - SAC/MInfra.

II – DO COMPROMISSÁRIO:

a) executar os recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC no âmbito do PAC Aviação Regional em consonância com o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, de acordo com o Plano de Trabalho e o Projeto aprovados pelo **CONCEDENTE**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo.

b) responsabilizar-se, após o término da vigência deste Termo, pela administração, conservação, operação e manutenção do objeto, de modo a atender as finalidades sociais às quais se destina o Aeroporto Regional, em conformidade com seu **Convênio de Delegação nº 05/2012**;

c) submeter previamente ao **CONCEDENTE** qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida na CLÁUSULA OITAVA, observadas as vedações constantes na CLÁUSULA TERCEIRA;

d) providenciar a regularização da conta na agência bancária escolhida, procedendo à entrega e à chancela dos documentos necessários à sua movimentação, de acordo com as normas bancárias vigentes, outorgando ao **CONCEDENTE** a condição de, sempre que necessário, obter junto ao banco os saldos e extratos da referida conta, inclusive os das aplicações financeiras, bem como o direito de solicitar seu encerramento, bloqueio, estorno ou transferência de valores;

e) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo em conta bancária específica, aberta em instituição financeira controlada pela União, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os em conformidade com o Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto;

f) arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados na CLÁUSULA QUINTA, exceto alterações no Plano de Trabalho que importem no aumento de despesas, em casos tecnicamente justificados, mediante aprovação do **CONCEDENTE**;

g) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento, ressalvados aqueles de natureza compulsória, lançados automaticamente pela rede bancária arrecadadora;

h) apresentar ao **CONCEDENTE** os projetos e orçamentos dos serviços atualizados que referenciarão a licitação dos serviços objeto deste Termo, acompanhado de declaração de aprovação por parte do **COMPROMISSÁRIO** com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável pela aprovação, no prazo máximo de 180 dias, contados a partir da data de assinatura deste Termo de Compromisso, prorrogável por igual período mediante justificativa;

i) destacar no Plano de Trabalho a etapa de projetos, caso os recursos deste Termo de Compromisso sejam utilizados para esse fim;

i1) apresentar o Termo de Referência para a contratação de projetos, aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO**, para análise técnica acerca da aderência do objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, com vistas a autorização para a realização do procedimento licitatório;

j) encaminhar Anteprojeto ou Projeto Básico, formalmente aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO**, a ser utilizado como referência no procedimento licitatório, devidamente acompanhado de relatório técnico consubstanciado, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) emitidas pelos profissionais responsáveis pela elaboração e pela aprovação do projeto, com vistas a obter a autorização para a realização do procedimento licitatório;

j1) no caso de licitação efetuada por meio do Regime Diferenciado de Contratação Integrada, apresentar relatório técnico consubstanciado contendo aprovação pelo **COMPROMISSÁRIO** do Projeto Básico elaborado como produto da contratação integrada, demonstrando cumprimento das condicionantes contidas no Anteprojeto referencial, acompanhado de ART emitidas pelos profissionais responsáveis pela elaboração e pela aprovação do Projeto Básico, de modo que seja possível comprovar a execução da etapa e dar prosseguimento a autorização para emissão de ordem de serviço.

k) apresentar ao **CONCEDENTE**, para que seja autorizada o início dos serviços objeto deste Termo, a declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviços de engenharia, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados, conforme o disposto no Inciso II, da Subcláusula Única, da CLÁUSULA DÉCIMA, bem como apresentar a Licença de Instalação emitida pelo órgão ambiental competente acerca das obras e serviços a serem executados;

l) prever, no edital de licitação e no contrato, que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readaptações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto pactuado;

m) prever, no edital de licitação e no contrato, dispositivo que preveja pagamentos dos itens que componham a Administração Local proporcionais ao andamento da execução dos investimentos, se for o caso.

n) publicar o extrato do edital e os atos de homologação da licitação, bem como o extrato dos contratos para a consecução do objeto conveniado, no Diário Oficial da União, sem prejuízo do uso de outros meios de publicidade utilizados, após efetivadas as licitações;

o) realizar o processo licitatório sob sua inteira responsabilidade, assegurando a correção dos procedimentos legais, em consonância com a legislação vigente;

p) atender às solicitações e notificações feitas pelo **CONCEDENTE** dentro do prazo determinado, observando, antes do início dos serviços, a necessidade de autorização emitida pelo **CONCEDENTE**;

q) inserir cláusula, nos contratos celebrados para execução deste Termo, que permita o livre acesso de servidores dos órgãos do **CONCEDENTE**, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas;

r) responsabilizar-se pela execução dos contratos decorrentes dos procedimentos licitatórios necessários ao cumprimento do presente Termo, observando rigorosamente o previsto na legislação vigente;

s) executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo, observando prazos e custos, designando no mínimo 01 (um) engenheiro com habilitação compatível habilitado no local da intervenção, com a respectiva ART, em regime de tempo integral, bem como equipe de técnicos de pavimentação, solos, topografia e recursos tecnológicos adequados ao objeto;

t) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços estabelecidos no instrumento, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, logo que detectados;

u) promover os pagamentos decorrentes da execução de serviços, relativamente à implantação do objeto deste Termo, mediante crédito na conta bancária de titularidade de fornecedores e prestadores de serviços;

v) facilitar a supervisão do **CONCEDENTE**, permitindo-lhes efetuar acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos;

w) permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, bem como do Tribunal de Contas da União, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo, bem como aos locais de execução do objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA;

x) informar ao **CONCEDENTE**, com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a data de recebimento do objeto deste Termo;

y) apresentar, por original ou cópia autenticada, todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Termo, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos da alínea “c” da CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA;

z) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Termo, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

aa) incluir no orçamento anual do **COMPROMISSÁRIO** os recursos recebidos para execução do objeto deste Termo de Compromisso, conforme disposto no § 1º, do art. 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

bb) restituir ao **CONCEDENTE** o eventual saldo de recursos, inclusive os rendimentos de aplicação financeira, observando proporcionalidade da contrapartida;

cc) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do Governo Federal e, em especial, do **Minfra** em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA, obedecido o modelo-padrão estabelecido, apondo a marca do Governo Federal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo, consoante o disposto na Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha substituí-la;

dd) assegurar que a publicidade relativa a este Termo tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção partidária ou pessoal de autoridades ou de servidores públicos;

ee) disponibilizar, por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Termo, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;

ff) incluir nas placas e adesivos indicativos das obras informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no *'Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras'* da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República;

gg) manter os documentos relacionados a este Termo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data de aprovação da prestação ou tomada de contas do gestor do **CONCEDENTE** pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

hh) se houver a aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 5.450, 31 de maio de 2005, preferencialmente na forma eletrônica, cuja inviabilidade de utilização deverá ser devidamente justificada junto a autoridade competente do **CONCEDENTE**;

ii) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do Termo, comunicando tal fato ao **Minfra**, ao **Ministério Público Federal e Estadual** e a **Advocacia-Geral da União**, no que couber;

jj) na contratação de bens, serviços e obras com recursos do presente Termo, deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos arts. 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber;

kk) prestar contas dos recursos transferidos pelo **CONCEDENTE** destinados à consecução do objeto deste Termo, de acordo com a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA;

II) no caso dos estados, do distrito federal e dos municípios, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no ente, quando ocorrer a liberação de recursos financeiros, como forma de incrementar o controle social, conforme consagrado pela Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico; e

mm) responsabilizar-se junto a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo – DECEA na obtenção de autorização de obras, aprovação de planos de segurança operacional (quando mantidas as operações aéreas comerciais) e certificação operacional, bem como atender outras exigências regulamentares requisitadas por tais Órgãos, no sentido de não haver óbices para as operações aéreas após o cumprimento do objeto pactuado neste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – VEDAÇÕES

São vedados, sob pena de rescisão do presente Termo:

a) utilizar, mesmo em caráter emergencial, os recursos deste Termo de Compromisso para despesas estranhas à finalidade estabelecida no objeto pactuado, mesmo que essas estejam suportadas por saldo existente;

b) realizar despesas em data anterior à vigência deste Termo;

c) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do **CONCEDENTE** e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste Instrumento;

d) pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica;

e) alterar o objeto pactuado na CLÁUSULA PRIMEIRA, exceto no caso de redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, e somente mediante autorização prévia do **CONCEDENTE**;

f) realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo **CONCEDENTE**, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

g) realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

h) transferir recursos liberados pelo **CONCEDENTE**, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes do presente Termo, ou a conta não vinculada ao presente Instrumento, mesmo que a título de controle;

- i) celebrar contrato com entidades impedidas de receber recursos federais;
- j) aplicação de recursos transferidos no âmbito deste Termo, para financiamento de obrigações de competência de entidades concessionárias, conforme estabelecido no contrato de concessão ou outro instrumento de delegação, nos termos das normas expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e pelo **MINfra**;
- k) utilizar Termo de Referência, Anteprojeto ou Projeto Básico diferente do aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO** e aceito pelo **CONCEDENTE** como referência no procedimento licitatório, sob pena de rescisão deste instrumento; e
- l) aproveitar licitação que tenha sido publicada em data anterior a autorização pelo **CONCEDENTE** para a realização do procedimento licitatório.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA

O presente Termo terá vigência **de 240 (duzentos e quarenta)** dias, a contar da data de sua assinatura.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

A vigência deste Termo poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, por solicitação do comprometente, devidamente fundamentada, formulada no mínimo 30 (trinta) dias antes do seu término, e aprovada pelo **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA QUINTA – VALOR E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor para execução do empreendimento objeto deste Termo em sua totalidade é de **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, alocados e discriminados conforme definido no plano de trabalho encaminhado pelo **COMPROMISSÁRIO**.

- a) A parcela da União, que deverá ser repassada pelo **CONCEDENTE** ao **COMPROMISSÁRIO**, no valor de **R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)**, corresponde a **100% (cem por cento)** do valor total. As despesas correrão à conta de dotação consignada no Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC, conforme cronograma orçamentário do valor do repasse e Plano de Trabalho.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Na ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SEXTA – LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do **CONCEDENTE**, destinados à execução do objeto deste Termo, serão depositados na conta específica vinculada ao presente Instrumento, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho anexo.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A movimentação da conta específica referida na CLÁUSULA SEXTA somente poderá ocorrer mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, para pagamento de despesas ou para aplicação no mercado financeiro, na forma da SUBCLÁUSULA SEGUNDA desta Cláusula.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Os recursos, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 1 (um) mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos se verificar em prazos menores que 1 (um) mês.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão obrigatoriamente computados a crédito deste Termo e aplicados, exclusivamente, na execução do seu objeto, quando autorizado pelo **CONCEDENTE**, sujeitos às mesmas condições da prestação de contas, não podendo ser considerados como contrapartida.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Caso a liberação de recursos pelo **CONCEDENTE** seja em parcelas sucessivas à parte beneficiária, caberá a esta a comprovação de utilização das parcelas liberadas anteriormente para recebimento de nova parcela, conforme critério estabelecido na SUBCLÁUSULA QUARTA da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.

SUBCLÁUSULA QUINTA

A liberação da primeira parcela dos recursos da União será realizada somente após autorização para emissão de ordem de serviço para execução dos serviços, conforme disposto no item “d” do inciso I da CLÁUSULA SEGUNDA, exceto se houver previsão de etapa inicial de contratação de projetos, quando os recursos referentes exclusivamente a esta etapa serão liberados logo que concluído procedimento licitatório para a contratação de Projetos.

SUBCLÁUSULA SEXTA

Fica condicionada a transferência da última parcela dos recursos à regularização cadastral da infraestrutura junto a ANAC e/ou ao DECEA, no que tange ao objeto pactuado neste Termo de Compromisso.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTOS

Antes da realização de cada pagamento pelo **COMPROMISSÁRIO**, serão apresentadas as seguintes informações:

- a) a destinação do recurso;
- b) o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- c) o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- d) a meta e/ou etapa do Plano de Trabalho relativa ao pagamento; e
- e) os boletins de medição e notas fiscais ou documentos contábeis pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO DO TERMO

Este Termo poderá ser alterado mediante proposta do **COMPROMISSÁRIO**, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao **CONCEDENTE** para análise e decisão, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência, sendo vedada a alteração do objeto descrito na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA NONA – BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes, por ocasião da conclusão ou extinção deste Instrumento, serão doados ao **COMPROMISSÁRIO** para continuação do programa governamental, dentro da finalidade do objeto deste Termo, mantida a sua designação específica, mediante procedimento administrativo específico, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Cabe ao **COMPROMISSÁRIO** conservar a autoridade normativa e exercer a fiscalização técnica e fiscal, a supervisão e o acompanhamento das atividades inerentes a execução do objeto deste Termo, podendo se valer da contratação de apoio à fiscalização técnica, devendo o **CONCEDENTE** ser formalmente comunicado de tal ação.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

A fiscalização do **COMPROMISSÁRIO** na execução de obras e serviços de engenharia deverá incluir:

I - a manutenção de profissional ou equipe de fiscalização constituída de profissionais habilitados e com experiência necessária ao acompanhamento e controle dos serviços;

II - a apresentação ao **CONCEDENTE** de declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão o serviço de instalação, bem como a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados; e

III - a verificação dos materiais aplicados e dos serviços realizados sobre o atendimento dos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final, abrangendo todo o período de execução e todos os recursos inerentes ao Termo, será apresentada em até 60 (sessenta) dias após o vencimento do prazo de vigência ou a conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, devendo conter, além dos documentos e informações apresentados, os seguintes expedientes:

- a) relatório de cumprimento do objeto;
- b) notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos realizados, valor, aposição de dados do **COMPROMISSÁRIO**, programa e número do Termo;
- c) relatório de prestação de contas aprovado pelo **COMPROMISSÁRIO**;
- d) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- e) relatórios de execução;
- f) comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver;
- g) outros documentos solicitados pelo **CONCEDENTE**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A omissão na apresentação da prestação de contas ou a sua não aprovação implicará na obrigatoriedade da devolução dos recursos liberados e, persistindo a omissão, o **COMPROMISSÁRIO** será inscrito no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, como inadimplente, ensejando as medidas iniciais destinadas à instauração da Tomada de Contas Especial.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

O **CONCEDENTE** poderá solicitar o encaminhamento de cópia dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **COMPROMISSÁRIO**, devidamente identificados com o programa e número deste Termo e mantidos os seus originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Quando a liberação de recursos ocorrer em três ou mais parcelas, a terceira delas ficará condicionada à apresentação de prestação de contas parcial referente à primeira parcela liberada e assim sucessivamente sem prejuízo de que, após a aplicação da última parcela, seja apresentada a prestação de contas do total dos recursos recebidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DENÚNCIA E RESCISÃO

Este Termo poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se aos partícipes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Constituem motivos para rescisão deste Termo:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) caso os documentos indicados na Subcláusula Quarta da Cláusula Sexta deste Termo não sejam entregues ou recebam parecer contrário à sua aprovação;
- e) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo, o **COMPROMISSÁRIO**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, é obrigado a recolher ao **FUNDO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL – FNAC**, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU específica, a ser verificada junto ao **CONCEDENTE**:

- a) o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Termo;
- b) o valor total transferido pelo **CONCEDENTE**, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
1. quando não for executado o objeto deste Termo;
 2. quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado na CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA;
 3. quando não for aprovada a prestação de contas; e
 4. quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida do objeto celebrado neste Termo.
- c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

A publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial da União – DOU, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONCEDENTE**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis do mês seguinte ao da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES GERAIS

- a) todas as comunicações relativas a este Termo serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues por protocolo ou remetidas por correspondência, telegrama, fax ou e-mail, devidamente comprovadas por conta, no endereço dos partícipes; e
- b) as reuniões entre o **COMPROMISSÁRIO** e o **CONCEDENTE**, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Compromisso, independente de transcrição, o Plano de Trabalho em anexo e os projetos aprovados pelo **CONCEDENTE**, bem como toda a documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas, casos omissos ou quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, os partícipes elegem o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do art. 109, inciso I, da Constituição Federal, com a participação da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CORRESPONDÊNCIAS

As correspondências deverão ser dirigidas para os endereços abaixo:

- **Secretaria Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura - SAC/MInfra** - EQSW 301/302, Lote 01, Edifício Montes, 2º Andar, Sala 202, Sudoeste, CEP: 70.673-150 - Brasília/DF;
- **Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia - SEINFRA/BA** - Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, no Centro Administrativo da Bahia - CAB, nº 445, Prédio SEINFRA/SIT, CEP: 41.745-002 - Salvador/BA.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente Instrumento, o qual lido e achado conforme, lavram e assinam este Termo para que produza seus efeitos jurídicos, em Juízo ou fora dele.

<assinatura eletrônica>

RONEI SAGGIORO GLANZMANN

Secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério da Infraestrutura
SAC/MInfra
(CONCEDENTE)

<assinatura eletrônica>

MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI

Secretário de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEINFRA/BA
(COMPROMISSÁRIO)



Documento assinado eletronicamente por **Ronei Saggioro Glanzmann, Secretário Nacional de Aviação Civil**, em 20/11/2019, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Benício Foltz Cavalcanti, Usuário Externo**, em 22/11/2019, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.infraestrutura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2316156&infr...)



acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2015701** e o código CRC **88313794**.



Referência: Processo nº 50000.007087/2019-32



SEI nº 2015701

EQSW 301/302, Lote 01, Torre B, 2º Andar, Edifício Montes - Bairro Setor Sudoeste
Brasília/DF, CEP 70673-150
Telefone: (61) 2029-8580 - www.infraestrutura.gov.br

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

EXTRATO DE COMPROMISSO

ESPÉCIE: Termo de Compromisso nº 02/2019. DATA DA ASSINATURA: 20/11/2019. OBJETO: Instalação de Papi Secundário no Aeroporto De Feira de Santana/BA (SDIY). PROCESSO: 50000.007087/2019-32. CONCEDENTE: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA, CNPJ/MF Nº 37.115.342/0001-67. COMPROMISSÁRIO: MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA, CNPJ/MF Nº 02.931.604/0001-87. SIGNATÁRIOS: RONEI SAGGIORO GLANZMANN, CPF: 030.787.576-84 pela SAC/MINFRA (Concedente), e MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI, CPF nº 178.463.155-87, pela SEINFRA/BA(Compromissário).

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

EXTRATO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO Nº 18/2019

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA, instituída com base na Lei nº 10.233, de 2001, com sede e foro em Brasília/DF, em conformidade com o art. 10 da Lei nº 12.815, de 2013, e consoante as políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor portuário nacional, em vista do requerimento protocolizado no Processo nº 50300.007495/2017-48, cujos parâmetros estão descritos no Anexo I, torna público que receberá, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação deste extrato no Diário Oficial da União - DOU, pedidos de autorização para construção e exploração de instalação portuária na região geográfica do município de Niterói/RJ. O requerimento que ensejou a abertura do presente anúncio, bem como seu instrumento convocatório, encontram-se disponíveis no sítio eletrônico desta Agência: <http://portal.antaq.gov.br>, podendo também ser obtidos em sua Secretaria Geral - SGE, situada no SEPN 514, Conjunto "E", Edifício ANTAQ, Asa Norte - Brasília/DF.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SAF-ANTAQ/Nº 79/2019
INSTRUMENTO: 1º TADI - CONT-SAF-ANTAQ/Nº 30/2018. CONTRATANTES: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08, e a empresa HORUS SERVIÇOS E CONSULTORIA EIRELI, CNPJ/MF nº 22.480.059/0001-67. OBJETO: prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, no período de 06.12.2019 a 06.12.2020 e alterar o valor do contrato em decorrência de negociação, conforme o disposto no item 9 do Anexo IX da Instrução Normativa MPDG nº 5, de 26.05.2017. VALOR TOTAL: R\$ 39.365,40 (trinta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos). CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade 26.122.2126.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional e Natureza de Despesa 3390.39.78 - Serviço de Limpeza e Conservação. UNIDADE GESTORA: 682010. GESTÃO: 68201. DATA DA ASSINATURA: 26.11.2019. PROCESSO: 50300.012382/2018-45.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO
DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

O Gerente de Fiscalização da Navegação Substituto, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e em conformidade com o que consta do Processo Administrativo Sancionador nº 50300.012874/2018-31, tendo em vista a impossibilidade de localização do interessado, conforme consta dos autos do citado processo, INTIMA a empresa SETE MARES LTDA, CNPJ nº 05.881.885/0001-07, acerca da decisão exarada por meio do Despacho de Julgamento nº 84/2019/GFN/SFC em que JULGOU pela subsistência do Auto de Infração nº 003399-5, tendo restado configurada a autoria da empresa na prática da infração tipificada no artigo 32, inciso I, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, decidindo assim pela aplicação da penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R\$ 17.325,00 (dezesete mil e trezentos e vinte e cinco reais). O notificado poderá interpor Recurso Administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente Edital de Citação.

Brasília, 26 de novembro de 2019.
FÁBIO QUEIROZ FONSECA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE ANULAÇÃO

PREGÃO Nº 27/2019

Fica anulada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 50500321506201913 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de Prevenção e Combate a Incêndio, bombeiro civil, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, a serem prestados nas dependências das instalações no Edifício Sede da ANTT, no Setor de Clubes Esportivos Sul SCES, Lote 10, Trecho 03, Projeto Orla 8 Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

CARLOS ELIAS BASTOS DOS SANTOS
Pregoeiro

(SIDE - 26/11/2019) 393001-39250-2019NE800143

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES
DE PASSAGEIROS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nos termos da Deliberação ANTT nº 960, de 30 de outubro de 2019, e considerando que a sociedade empresária JOSE PEREIRA DA SILVA-P.BERNARDES - ME, CNPJ nº 74.470.626/0001-06 encontra-se em lugar incerto e não sabido, é o presente para NOTIFICÁ-LA da penalidade de Declaração de Inidoneidade imposta pela deliberação em epigrafe nos autos do processo administrativo nº. 50500.327803/2017-01. A empresa poderá interpor pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, na Sede desta agência, mediante correio com aviso de recebimento, ou por meio do Sistema Eletrônico de Informações da ANTT (SEI-ANTT), disponível no sítio eletrônico "<http://www.antt.gov.br/>", observadas as disposições do artigo 57 da Resolução ANTT nº 5.083, de 2016 e artigo 59 da Lei nº 9.784, de 1999.

Outrossim, comunico que lhe é facultado requerer vistas dos autos por meio do Sistema Eletrônico de Informações da ANTT (SEI-ANTT).

JOÃO PAULO DE SOUZA
Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES

ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019 - UASG 390075

Número do Contrato: 1038/2018.
Nº Processo: 50010000414201825.
PREGÃO SISPP Nº 299/2018. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 04613668000165. Contratado : L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA -.Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses, passando o término para 02/01/2021, bem como redução de valores, sendo o novo valor global de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Fundamento Legal: Art 57 da Lei 8666/93 e cláusula quinta do contrato. Vigência: 03/01/2020 a 02/01/2021. Valor Total: R\$150.000,00. Fonte: 100000000 - 2019NE800007. Data de Assinatura: 26/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 390075-39025-2019NE800013

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2019 - UASG 393003

Número do Contrato: 493/2013.
Nº Processo: 50610003647201900.
Regime de Execução: Contratação Integrada.
RDC PRESENCIAL Nº 799/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE - INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 61381943000104. Contratado : CONSTRUTORA CONTINENTAL DE SAO -PAULO LTDA. Objeto: Alteração da participação das empresas do Consórcio Continental-Sogel. O valor do Contrato a preços iniciais permanece o mesmo sem a lteração. Não houve alteração da vigência, permanece o vencimento em 07/07/2021. Fundamento Legal: art. 60 da Lei 8.666/1993, art.51 do Decreto 7.581/2011, art.65, inc.II, Lei nº12.462/2011. Data de Assinatura: 21/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 393003-39252-2019NE800661

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 12/2019 - UASG 393003

Número do Contrato: 647/2009.
Nº Processo: 50621001983201981.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 83/2009. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE - INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 08323347000187. Contratado : CONSTRUTORA A GASPAR S/A -.Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato TT-647/2009-00. sem reflexo financeiro, a qual era de 720 dias celebrada na data de 10/11/2009, com início a partir da data de 18/11/2009 e cujo vencimento que estava previsto para a data de 07/12/2019, passará a vencer na data de 07/12/2020. Fundamento Legal: Art. 57, Inciso I e § 1º da Lei 8.666/93 bem como na Cláusula Sexta, parágrafo primeiro do Contrato. Vigência: 07/12/2019 a 07/12/2020. Data de Assinatura: 21/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 393003-39252-2019NE800661

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE ALIENAÇÃO

Alienação de bens móveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, armazenados na Sede da Autarquia, endereço Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Lote A Edifício Núcleo dos Transportes, Asa Norte, CEP 70.040-902, Brasília /DF e na Unidade Local de Santa Maria, endereço Rodovia Barão 040, s/n - Santa Maria, Brasília - DF, 72549-900. O certame será composto de lote único, contendo material de informática e sucatas diversas, com lance inicial no valor de R\$ 123.000,00(cento e vinte e três mil reais). O leilão segue rigorosamente as condições estipuladas na legislação que rege a matéria e no disposto no edital, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em sua atual redação. Sessão: 17/12/2019 às 09h00min. O edital, contendo as demais informações, deverá ser solicitado pelos telefones (61) 99994-3232 e (61) 32246033 e no site www.leiloeirosdebrasil.com.br.

COMISSÃO DE VENDAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20783/2019 - UASG 393026

Nº Processo: 50620000763201869.
PREGÃO SISPP Nº 4/2019. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 27853182000108. Contratado : BTEC CONSTRUCOES LTDA -.Objeto: Serviços de Manutenção (Conservação/Re-cuperação) do tipo PATO - Plano Anual de Traba-lho e Orçamento, na Rodovia BR-104/AL. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02 e, subsidia-riamente, a Lei nº 8.666/93. Vigência: 28/11/2019 a 24/02/2022. Valor Total: R\$14.501.920,10. Fonte: 111039337 - 2019NE805135. Data de Assinatura: 26/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 393026-39252-2019NE800002

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20795/2019 - UASG 393026

Nº Processo: 50620000596201856.
PREGÃO SISPP Nº 6/2019. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 17155391000116. Contratado : CONSTRUTORA APIA LTDA -.Objeto: Serviços de Manutenção (Conservação/Re-cuperação) do tipo PATO - Plano Anual de Traba-lho e Orçamento, na Rodovia BR-316/AL. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02 e, subsidia-riamente, a Lei nº 8.666/93. Vigência: 28/11/2019 a 24/02/2022. Valor Total: R\$2.011.714,00. Fonte: 100000000 - 2019NE805364. Data de Assinatura: 26/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 393026-39252-2019NE800002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAPÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019 - UASG 390071

Número do Contrato: 560/2017.
Nº Processo: 50008000142201721.
PREGÃO SRP Nº 4/2017. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE - INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 03506307000157. Contratado : TICKET SOLUCOES HDFGT S/A -.Objeto: Segundo termo aditivo de prazo ao contrato 560/2017 com a TICKET SOLUÇÕES para Administração e Gestão de Frota da SRE Amapá. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, art.57, inc.II. Vigência: 22/11/2019 a 22/11/2020. Data de Assinatura: 01/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 390071-39252-2019NE800006

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019112700109

109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

EXTRATO DE COMPROMISSO

ESPÉCIE: Termo de Compromisso nº 02/2019. DATA DA ASSINATURA: 20/11/2019. OBJETO: Instalação de Papi Secundário no Aeroporto De Feira de Santana/BA (SDIY). PROCESSO: 50000.007087/2019-32. CONCEDENTE: MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - MINFRA, CNPJ/MF Nº 37.115.342/0001-67. COMPROMISSÁRIO: MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA/BA, CNPJ/MF Nº 02.931.604/0001-87. SIGNATÁRIOS: RONEI SAGGIORO GLANZMANN, CPF: 030.787.576-84 pela SAC/MINFRA (Concedente), e MARCUS BENÍCIO FOLTZ CAVALCANTI, CPF nº 178.463.155-87, pela SEINFRA/BA(Compromissário).

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

EXTRATO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO Nº 18/2019

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura - MINFRA, instituída com base na Lei nº 10.233, de 2001, com sede e foro em Brasília/DF, em conformidade com o art. 10 da Lei nº 12.815, de 2013, e consoante as políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor portuário nacional, em vista do requerimento protocolizado no Processo nº 50300.007495/2017-48, cujos parâmetros estão descritos no Anexo I, torna público que receberá, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da publicação deste extrato no Diário Oficial da União - DOU, pedidos de autorização para construção e exploração de instalação portuária na região geográfica do município de Niterói/RJ. O requerimento que ensejou a abertura do presente anúncio, bem como seu instrumento convocatório, encontram-se disponíveis no sítio eletrônico desta Agência: <http://portal.antaq.gov.br>, podendo também ser obtidos em sua Secretaria Geral - SGE, situada no SEPN 514, Conjunto "E", Edifício ANTAQ, Asa Norte - Brasília/DF.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SAF-ANTAQ/Nº 79/2019
INSTRUMENTO: 1º TADI - CONT-SAF-ANTAQ/Nº 30/2018. CONTRATANTES: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, CNPJ/MF nº 04.903.587/0001-08, e a empresa HORUS SERVIÇOS E CONSULTORIA EIRELI, CNPJ/MF nº 22.480.059/0001-67. OBJETO: prorrogar o prazo de vigência por 12 (doze) meses, no período de 06.12.2019 a 06.12.2020 e alterar o valor do contrato em decorrência de negociação, conforme o disposto no item 9 do Anexo IX da Instrução Normativa MPDG nº 5, de 26.05.2017. VALOR TOTAL: R\$ 39.365,40 (trinta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos). CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Atividade 26.122.2126.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional e Natureza de Despesa 3390.39.78 - Serviço de Limpeza e Conservação. UNIDADE GESTORA: 682010. GESTÃO: 68201. DATA DA ASSINATURA: 26.11.2019. PROCESSO: 50300.012382/2018-45.

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO
DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DA NAVEGAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

O Gerente de Fiscalização da Navegação Substituto, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento interno e em conformidade com o que consta do Processo Administrativo Sancionador nº 50300.012874/2018-31, tendo em vista a impossibilidade de localização do interessado, conforme consta dos autos do citado processo, INTIMA a empresa SETE MARES LTDA, CNPJ nº 05.881.885/0001-07, acerca da decisão exarada por meio do Despacho de Julgamento nº 84/2019/GFN/SFC em que JULGOU pela subsistência do Auto de Infração nº 003399-5, tendo restado configurada a autoria da empresa na prática da infração tipificada no artigo 32, inciso I, da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, decidindo assim pela aplicação da penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R\$ 17.325,00 (dezesete mil e trezentos e vinte e cinco reais). O notificado poderá interpor Recurso Administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente Edital de Citação.

Brasília, 26 de novembro de 2019.
FÁBIO QUEIROZ FONSECA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO

GERÊNCIA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

AVISO DE ANULAÇÃO

PREGÃO Nº 27/2019

Fica anulada a licitação supracitada, referente ao processo Nº 50500321506201913 . Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de Prevenção e Combate a Incêndio, bombeiro civil, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, a serem prestados nas dependências das instalações no Edifício Sede da ANTT, no Setor de Clubes Esportivos Sul SCES, Lote 10, Trecho 03, Projeto Orla 8 Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

CARLOS ELIAS BASTOS DOS SANTOS
Pregoeiro

(SIDE - 26/11/2019) 393001-39250-2019NE800143

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES
DE PASSAGEIROS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Nos termos da Deliberação ANTT nº 960, de 30 de outubro de 2019, e considerando que a sociedade empresária JOSE PEREIRA DA SILVA-P.BERNARDES - ME, CNPJ nº 74.470.626/0001-06 encontra-se em lugar incerto e não sabido, é o presente para NOTIFICÁ-LA da penalidade de Declaração de Inidoneidade imposta pela deliberação em epígrafe nos autos do processo administrativo nº. 50500.327803/2017-01. A empresa poderá interpor pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias, na Sede desta agência, mediante correio com aviso de recebimento, ou por meio do Sistema Eletrônico de Informações da ANTT (SEI-ANTT), disponível no sítio eletrônico "<http://www.antt.gov.br/>", observadas as disposições do artigo 57 da Resolução ANTT nº 5.083, de 2016 e artigo 59 da Lei nº 9.784, de 1999.

Outrossim, comunico que lhe é facultado requerer vistas dos autos por meio do Sistema Eletrônico de Informações da ANTT (SEI-ANTT).

JOÃO PAULO DE SOUZA
Superintendente de Serviços de Transporte de Passageiros

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES

ADMINISTRAÇÃO HIDROVIÁRIA DO SUL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2019 - UASG 390075

Número do Contrato: 1038/2018.
Nº Processo: 50010000414201825.
PREGÃO SISPP Nº 299/2018. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 04613668000165. Contratado : L. A. VIAGENS E TURISMO LTDA -.Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses, passando o término para 02/01/2021, bem como redução de valores, sendo o novo valor global de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Fundamento Legal: Art 57 da Lei 8666/93 e cláusula quinta do contrato. Vigência: 03/01/2020 a 02/01/2021. Valor Total: R\$150.000,00. Fonte: 100000000 - 2019NE800007. Data de Assinatura: 26/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 390075-39025-2019NE800013

DIRETORIA EXECUTIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2019 - UASG 393003

Número do Contrato: 493/2013.
Nº Processo: 50610003647201900.
Regime de Execução: Contratação Integrada.
RDC PRESENCIAL Nº 799/2012. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE - INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 61381943000104. Contratado : CONSTRUTORA CONTINENTAL DE SAO -PAULO LTDA. Objeto: Alteração da participação das empresas do Consórcio Continental-Sogel. O valor do Contrato a preços iniciais permanece o mesmo sem a lteração. Não houve alteração da vigência, permanece o vencimento em 07/07/2021. Fundamento Legal: art. 60 da Lei 8.666/1993, art.51 do Decreto 7.581/2011, art.65, inc.II, Lei nº12.462/2011. Data de Assinatura: 21/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 393003-39252-2019NE800661

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 12/2019 - UASG 393003

Número do Contrato: 647/2009.
Nº Processo: 50621001983201981.
CONCORRÊNCIA SISPP Nº 83/2009. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE - INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 08323347000187. Contratado : CONSTRUTORA A GASPAR S/A -.Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato TT-647/2009-00. sem reflexo financeiro, a qual era de 720 dias celebrada na data de 10/11/2009, com início a partir da data de 18/11/2009 e cujo vencimento que estava previsto para a data de 07/12/2019, passará a vencer na data de 07/12/2020. Fundamento Legal: Art. 57, Inciso I e § 1º da Lei 8.666/93 bem como na Cláusula Sexta, parágrafo primeiro do Contrato. Vigência: 07/12/2019 a 07/12/2020. Data de Assinatura: 21/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 393003-39252-2019NE800661

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AVISO DE ALIENAÇÃO

Alienação de bens móveis do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, armazenados na Sede da Autarquia, endereço Setor de Autarquias Norte, Quadra 03, Lote A Edifício Núcleo dos Transportes, Asa Norte, CEP 70.040-902, Brasília /DF e na Unidade Local de Santa Maria, endereço Rodovia Barão 040, s/n - Santa Maria, Brasília - DF, 72549-900. O certame será composto de lote único, contendo material de informática e sucatas diversas, com lance inicial no valor de R\$ 123.000,00(cento e vinte e três mil reais). O leilão segue rigorosamente as condições estipuladas na legislação que rege a matéria e no disposto no edital, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em sua atual redação. Sessão: 17/12/2019 às 09h00min. O edital, contendo as demais informações, deverá ser solicitado pelos telefones (61) 99994-3232 e (61) 32246033 e no site www.leiloeirosdebrasil.com.br.

COMISSÃO DE VENDAS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20783/2019 - UASG 393026

Nº Processo: 50620000763201869.
PREGÃO SISPP Nº 4/2019. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 27853182000108. Contratado : BTEC CONSTRUCOES LTDA -.Objeto: Serviços de Manutenção (Conservação/Re-cuperação) do tipo PATO - Plano Anual de Traba-lho e Orçamento, na Rodovia BR-104/AL. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02 e, subsidia-riamente, a Lei nº 8.666/93. Vigência: 28/11/2019 a 24/02/2022. Valor Total: R\$14.501.920,10. Fonte: 111039337 - 2019NE805135. Data de Assinatura: 26/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 393026-39252-2019NE800002

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20795/2019 - UASG 393026

Nº Processo: 50620000596201856.
PREGÃO SISPP Nº 6/2019. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE -INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 17155391000116. Contratado : CONSTRUTORA APIA LTDA -.Objeto: Serviços de Manutenção (Conservação/Re-cuperação) do tipo PATO - Plano Anual de Traba-lho e Orçamento, na Rodovia BR-316/AL. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02 e, subsidia-riamente, a Lei nº 8.666/93. Vigência: 28/11/2019 a 24/02/2022. Valor Total: R\$2.011.714,00. Fonte: 100000000 - 2019NE805364. Data de Assinatura: 26/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 393026-39252-2019NE800002

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAPÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019 - UASG 390071

Número do Contrato: 560/2017.
Nº Processo: 50008000142201721.
PREGÃO SRP Nº 4/2017. Contratante: DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE - INFRAEST DE TRANSPORTES. CNPJ Contratado: 03506307000157. Contratado : TICKET SOLUCOES HDFGT S/A -.Objeto: Segundo termo aditivo de prazo ao contrato 560/2017 com a TICKET SOLUÇÕES para Administração e Gestão de Frota da SRE Amapá. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, art.57, inc.II. Vigência: 22/11/2019 a 22/11/2020. Data de Assinatura: 01/11/2019.

(SICON - 26/11/2019) 390071-39252-2019NE800006

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05302019112700109

109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.